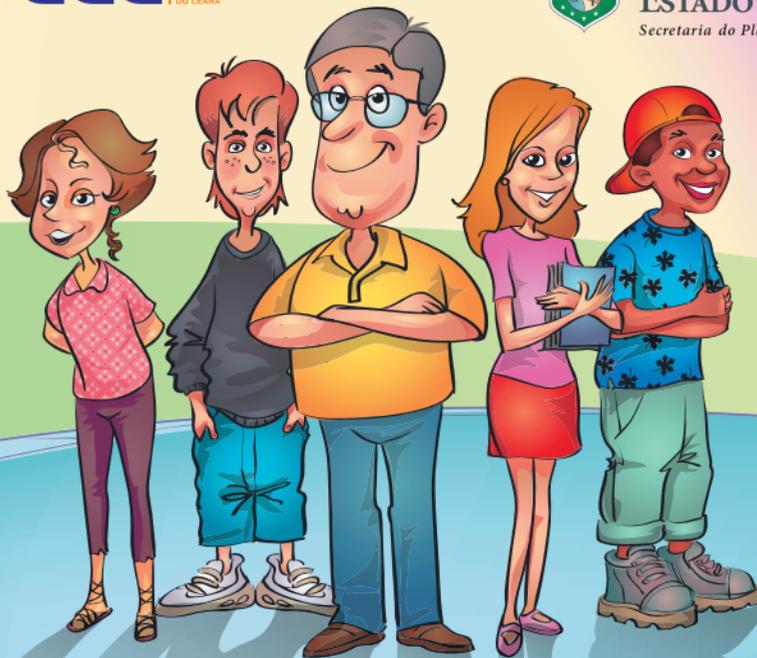


CARTILHA DA COTA PARTE DO ICMS

IPECE INSTITUTO
DE PESQUISA
E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA
DO CEARÁ



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão



CARTILHA DA COTA PARTE DO ICMS

ipece INSTITUTO
DE PESQUISA
E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA
DO CEARÁ



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

FORTALEZA - 2009

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

CID FERREIRA GOMES - GOVERNADOR

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

DESIRÉE MOTA - SECRETÁRIA

**INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA
DO CEARÁ - IPECE**

EVELINE BARBOSA SILVA CARVALHO - DIRETORA GERAL

EQUIPE TÉCNICA

LEANDRO OLIVEIRA COSTA

NERTAN CRUZ DE ALMEIDA

APRÍGIO BOTELHO LÓCIO

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE

CENTRO ADMINISTRATIVO DO ESTADO GOVERNADOR VIRGÍLIO TÁVORA
AV. GENERAL AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N - EDIFÍCIO SEPLAG 2º ANDAR
CEP: 60.839 - 900 | FORTALEZA - CEARÁ
FONE: (85) 3101.3521 - (85) 3101.3496 | FAX: (85) 3101.3500

WWW.IPECE.CE.GOV.BR | OUVIDORIA@IPECE.CE.GOV.BR

Apresentação

Esta cartilha foi elaborada com o intuito de esclarecer aos gestores municipais e à sociedade as novas regras de distribuição da Cota Parte do ICMS para os municípios do Ceará. Dessa forma, são apresentados para os municípios e ao povo cearense os benefícios oriundos desta nova maneira de distribuir o ICMS arrecadado no Estado, que se baseia nos resultados em áreas vitais para o desenvolvimento municipal: educação, saúde e meio ambiente. Com essas informações o IPECE espera auxiliar as prefeituras a obterem resultados cada vez melhores e assim favorecer a receita de cada município.

Bom dia! Hoje iremos conversar sobre as atuais regras para a distribuição da Cota Parte do ICMS, que o Governo do Estado recolhe e repassa para os municípios.



Primeiro, vamos recapitular sobre finanças públicas. Luciana Catarina, quais os recursos financeiros disponíveis para os prefeitos administrarem o município?



Professor, os principais recursos que os municípios recebem são o FPM*, o FUNDEB** e o repasse do ICMS.

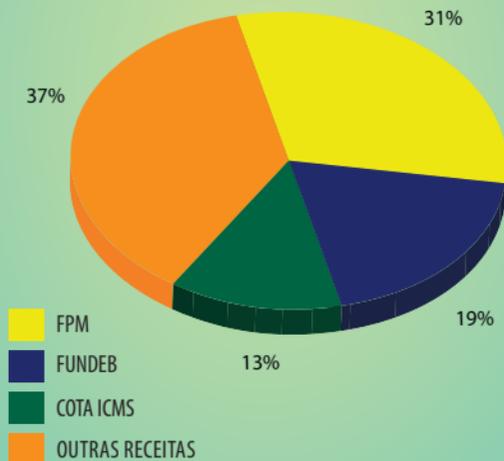


*FPM - Fundo de Participação dos Municípios.

**FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Se considerarmos as receitas de todos os municípios como um bolo, então, em 2007, era possível distribuir esses recursos da seguinte forma:

Somatório das Receitas Municipais - 2007



Muito bem, Luciana Catarina. Agora, Marcos Quixadá, o que é o ICMS e como ele chega aos municípios?



Professor, o ICMS é um imposto que o Estado cobra sobre a circulação de mercadorias e serviços. De tudo o que o Estado arrecada com este imposto, ele distribui um quarto com todos os 184 municípios, ou seja, 25% que é chamada Cota Parte.



Exatamente, Marcos Quixadá. Agora, Pedro Jaguaribe, nos explique como é calculada a Cota Parte.



Professor Raimundo, daqueles 25% que vão ser distribuídos com todos os 184 municípios, o Governo Estadual repassa 75% (três quartos), de acordo com o Valor Adicionado Fiscal (VAF), que é uma distribuição que depende do ICMS arrecadado por cada município.



Os outros, 25% (um quarto), são distribuídos entre os municípios com base em critério determinado pelo Governo do Estado.



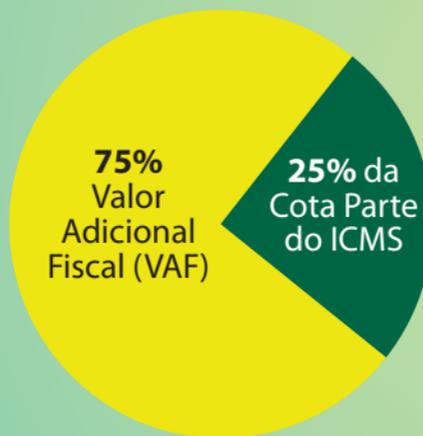
Professor, e como é esse critério para calcular a divisão dos 25% da Cota Parte do ICMS com os municípios?



Luciana Catarina, novamente considerando que o total de ICMS que pertence aos municípios a cota parte é um bolo, se dividirmos em duas fatias, a maior (75%) é baseada no Valor Adicionado Fiscal (VAF) e a menor (25%) é baseada em um critério definido pelo Estado.



Antigamente, a fatia menor era dividida em três partes, como mostra o gráfico abaixo:



- 1) 12,5% eram relativos à proporção dos gastos em educação sobre a receita municipal;
- 2) 7,5% eram equitativamente distribuídos a todos os municípios;
- 3) 5% eram distribuídos proporcionalmente, de acordo com a população de cada município.

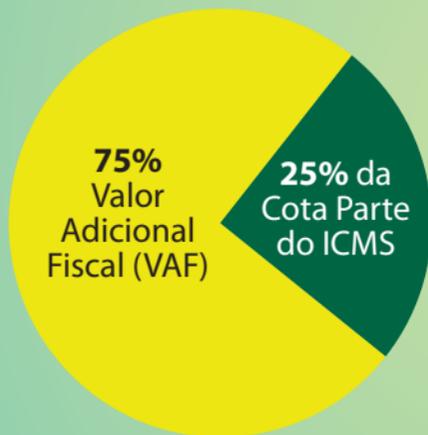
Professor, e hoje, como é o Critério para o cálculo dos 25% da Cota Parte do ICMS para cada um dos municípios?



A parte menor (25%) continua sendo dividida em três partes, porém, agora, em função de outros fatores.



A primeira com base nos resultados na educação, a segunda em função dos resultados na saúde, e a terceira, de acordo com os resultados no meio ambiente, como mostra este outro gráfico:



- 1) 18% em função dos resultados na educação;**
 - 12% baseados na avaliação de alfabetização dos alunos da 2ª série do EF;
 - 6% baseados no índice de qualidade educacional dos alunos da 5ª série do EF.
- 2) 5% em função dos resultados na saúde;**
- 3) 2% em função dos resultados no meio ambiente.**

Professor, mas por que foi criada uma NOVA maneira de distribuir os 25% da Cota Parte do ICMS com os municípios?



Boa pergunta, Luciana Catarina. Foram duas as razões. Primeiro, o critério antigo de distribuição do ICMS era altamente concentrador, isto é, o critério seguia a lógica de quanto maior o município, maior o repasse.



Segundo, não condizia com a forma atual de administrar do Governo do Estado, que é o modelo de Gestão Pública por Resultados (GPR), no qual merece mais quem faz mais e melhor.



Professorzinho, que coisa interessante! Mas só o Ceará usa essa forma para calcular os 25% da Cota Parte do ICMS? Outro Estado tem alguma maneira parecida de fazer essa distribuição?



Não é só o Ceará. Existem outros Estados que seguem caminhos similares. Um deles é o Estado de Minas Gerais, e lá é conhecido como "Lei Robin Hood". Outro Estado é o Paraná, onde é chamado de "ICMS Ecológico".



Professor, e o que os municípios ganham com a atual regra de cálculo dos 25% da Cota Parte do ICMS?



Quem mais ganha não é o município, e sim o povo cearense, que incentiva os gestores municipais a se esforçarem mais para melhorar os seus resultados.



Com isso, a população cearense, em pouco tempo, será beneficiada com melhorias na educação, saúde e meio ambiente.



Professor, como são calculados ou avaliados os resultados na educação, saúde e meio ambiente? Ou melhor, como é possível definir quanto cada município vai receber?



Excelente! Para entender esta resposta, basta saber que o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), que é vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado (SEPLAG), criou três índices para avaliar as condições e os avanços de cada uma das áreas: o Índice de Qualidade da Educação (IQE), o Índice de Qualidade da Saúde (IQS) e o Índice de Qualidade do Meio Ambiente (IQM).



Professor, mas o que significa esse **Índice de Qualidade da Educação**?



O Índice de Qualidade da Educação, que nós vamos chamar de IQE, é uma equação matemática que possibilita medir o nível e o avanço na qualidade do Ensino Fundamental e da Alfabetização das crianças cearenses.



... Como vocês podem ver nesta fórmula, o Índice de Qualidade da Educação é composto pelo IQF, que é o **Índice de Qualidade do Fundamental**, calculado usando-se a taxa de aprovação e o desempenho nos chamados exames padronizados, que são o SPAECE e a Prova Brasil, para verificar a qualidade do Ensino Fundamental das escolas municipais.

$$IQE_i = \frac{1}{3} [IQF_i] + \frac{2}{3} [IQA_i]$$

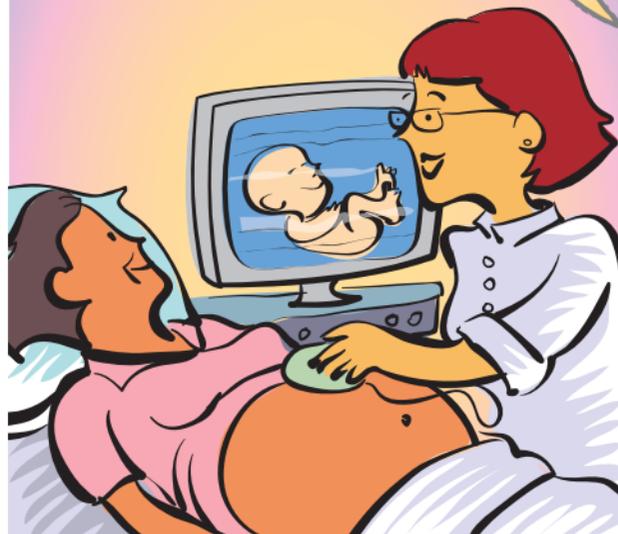
E o IQA é o **Índice de Qualidade da Alfabetização**, o qual é baseado nos resultados do SPAECE-Alfa, que avalia as condições de alfabetização dos estudantes das escolas municipais.



Professor, o mesmo é o **Índice de Qualidade da Saúde** e o **Índice de Qualidade do Meio Ambiente**?



Sim, o Índice de Qualidade da Saúde, ou o **IQS**, é um indicador que mede a qualidade das ações do Governo na área da saúde com base na Taxa de Mortalidade Infantil.



Já o Índice de Qualidade do Meio Ambiente, ou IQM, serve para medir a qualidade das medidas adotadas pelos governantes municipais relacionadas com o meio ambiente.



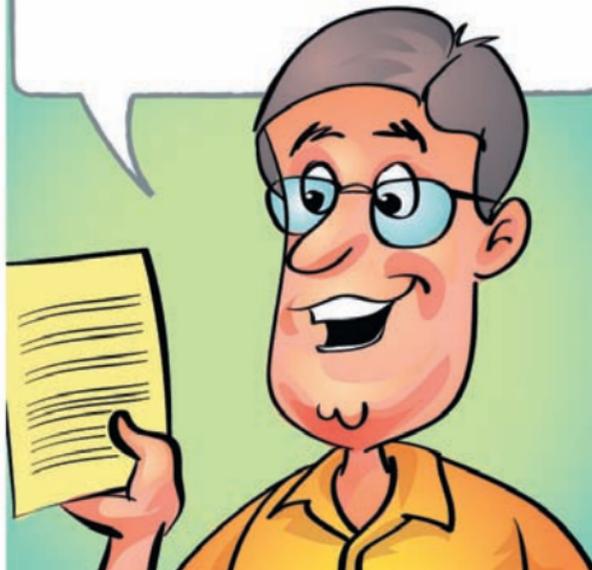
Professorzinho, mas essas fórmulas parecem tão complicadinhas! A gente tem que calcular essas contas todinhas?



Não, pessoal, na verdade quem calcula esses índices são os economistas e estatísticos do IPECE, a partir dos dados coletados pela Secretaria de Educação (SEDUC), Secretaria da Saúde (SESA) e Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE).



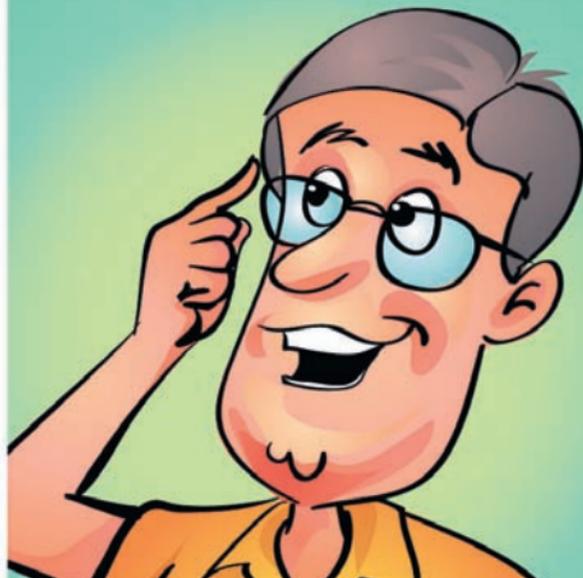
O IPECE, então, publica, por portaria, até 31 de agosto de cada ano, esses índices, que serão válidos para o ano posterior. Depois a Secretaria da Fazenda (SEFAZ) faz os repasses mensais tanto dos recursos referentes aos 25% da Cota Parte do ICMS quanto dos relacionados ao 75% do VAF.



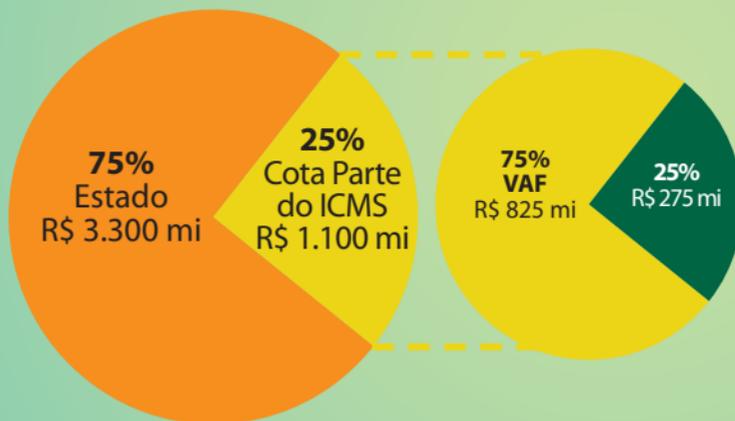
Professor, só por curiosidade, o senhor pode nos mostrar um exemplo prático, em reais, para entender melhor como funciona o cálculo da Cota Parte do ICMS que vai para os municípios?



Claro, Luciana Catarina. Vejam como não é tão complicado assim.



Vamos usar o exemplo do bolo e imaginar que a arrecadação total de ICMS no Estado do Ceará tenha sido de R\$ 4.400 mi. Então, pela Constituição Federal, um quarto (25%) desse valor, ou R\$ 1.100 mi, será dividido com os 184 municípios.

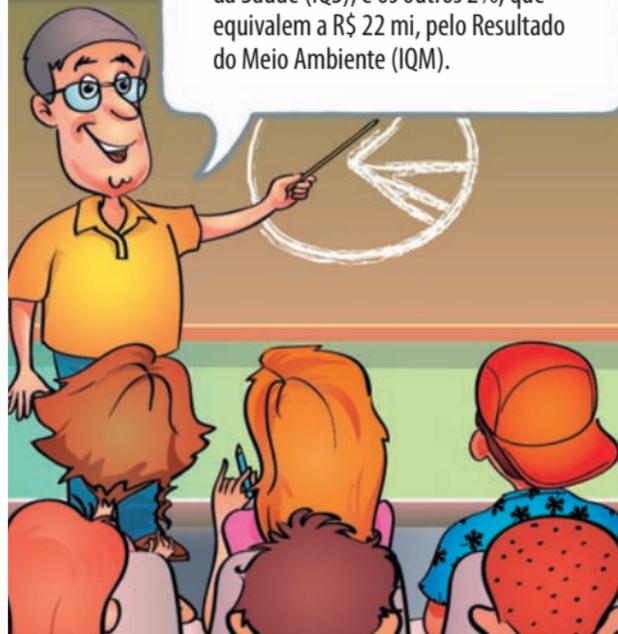


- 1) 18% irão para a educação (IQE);
R\$ 198 mi
- 2) 5% irão para a saúde (IQS); R\$ 55 mi
- 3) 2% irão para o meio ambiente (IQM).
R\$ 22 mi

Dos R\$ 1.100 mi que serão distribuídos, três quartos (75%), ou R\$ 825 mi, são distribuídos de acordo com o VAF. O restante, R\$ 275 mi, será assim dividido:



18%, ou R\$ 198 mi, serão divididos pelo Resultado da Educação (IQE) de cada município; 5%, ou R\$ 55 mi, serão divididos pelo Resultado da Saúde (IQS); e os outros 2%, que equivalem a R\$ 22 mi, pelo Resultado do Meio Ambiente (IQM).



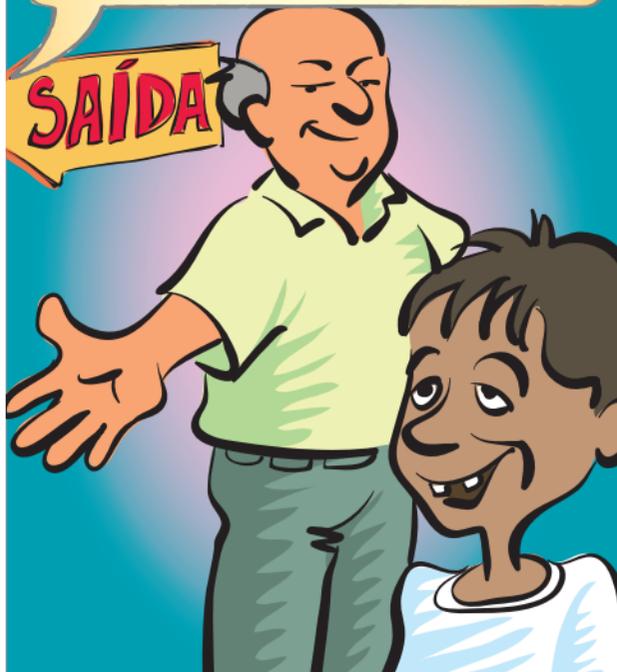
Professor, não será possível enganar o sistema com a alteração dos valores para o cálculo dos índices de qualidade, camuflando os verdadeiros indicadores de qualidade da educação, saúde e meio ambiente?



Boa pergunta. Aqueles mal-intencionados podem até tentar, principalmente na educação, mas a metodologia está preparada para penalizar quem agir com má-fé. Podemos dar dois exemplos:



Primeiro, os diretores dos colégios podem orientar os alunos com as piores notas a não comparecerem no dia das provas. Isso poderia elevar a nota nos exames de avaliação.



Entretanto, existe um mecanismo que diminui a nota média dos municípios que não fizeram todos os seus alunos participarem dos exames.



Segundo, poderiam ser criadas escolas com turmas especiais, o que elevaria a média dos resultados dos exames e aumentaria a desigualdade no desempenho dos estudantes.



Mas esse artifício também é previsto na metodologia, pois são penalizados os municípios que apresentam alta desigualdade no desempenho de seus alunos.



Professor, como se faz para que sejam obtidos melhores resultados, ou seja, aumente mais a Cota Parte do ICMS de um município?



É muito fácil! Basta aumentar os esforços para conseguir os melhores resultados nos indicadores na área de educação, saúde e meio ambiente, pois são essas áreas que influenciarão na divisão do ICMS.



Sim, professor, mas nessas áreas sociais, quais são as variáveis que têm maior e menor influência no cálculo dos 25% da Cota Parte do ICMS de um município?



Interessante essa sua pergunta. Pode-se dizer que numa ordem de variáveis teríamos: primeiro, a Avaliação de Alfabetização (SPAECE-Alfa); segundo, as Avaliações Padronizadas (SPAECE e Prova Brasil); em terceiro, a Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental; em quarto lugar, seria a Taxa de Mortalidade Infantil e em quinto os itens relativos ao Meio Ambiente.



Professor, em caso de mais dúvidas, onde posso encontrar maior detalhamento sobre esta nova maneira de calcular a Cota Parte do ICMS para os municípios?



O IPECE possui vários textos para discussão, notas técnicas, leis, decretos e portarias sobre o assunto que podem ser acessados na página da Internet, no endereço www.ipece.ce.gov.br para vocês tirarem as dúvidas futuras.



iPECE INSTITUTO
DE PESQUISA
E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA
DO CEARÁ



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão